



Ref.ª 27/UTAO/2011
Data: 05.05.2011

Adenda ao Parecer Técnico N.º 4/2011

Análise das contas nacionais das administrações públicas – PDE de Março de 2011

1 O presente documento constitui uma adenda ao Parecer Técnico n.º 4/2011 de 21 de Abril.¹ No referido Parecer Técnico a UTAO apresentou uma análise das contas nacionais das administrações públicas, divulgadas a 31 de Março pelo INE no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos.

2 A elaboração desta adenda justifica-se pela necessidade de complementar a análise inicial com elementos das contas nacionais das administrações públicas de outros países da União Europeia, os quais passaram a estar disponíveis somente após a divulgação dos resultados finais por parte do Eurostat a 26 de Abril.² Adicionalmente, a análise conjunta das questões técnicas entre o INE e o Eurostat determinou uma revisão à primeira notificação, ocorrida em data posterior ao Parecer Técnico da UTAO, tendo o défice e a dívida pública sido alterados para o período entre 2008 e 2010.³ Assim, a análise apresentada nesta adenda utiliza os elementos mais recentes das contas nacionais das administrações públicas e atribui particular enfoque à situação das finanças públicas portuguesas no contexto europeu.

Finanças públicas portuguesas no contexto da área do euro

3 Mais de uma década decorrida desde a criação do euro como moeda comum para um conjunto alargado de países europeus, no qual se inclui Portugal como membro fundador, importa enquadrar a análise das finanças públicas portuguesas neste contexto.

4 No gráfico 1 é apresentada a trajectória do défice e da dívida pública para Portugal e para o conjunto da área do euro. Relativamente ao défice público, constata-se que, em 1999, este se encontrava abaixo do limite de 3% do PIB, imposto pelo tratado de Maastricht. Porém, desde 2002, o défice público português tem-se situado sistematicamente acima desse limite, ainda que o mesmo tenha sido pontualmente cumprido em alguns anos. Com efeito, antes da revisão ocorrida no âmbito da última notificação do procedimento dos défices excessivos, na qual algumas

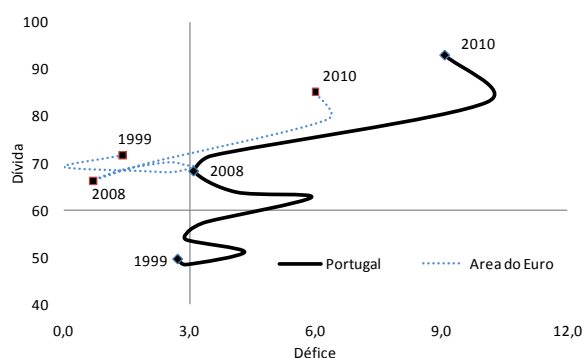
¹ Este trabalho foi elaborado com base na informação disponível até 27 de Abril de 2011. A análise efectuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de Julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

² A *press release* do Eurostat está disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-26042011-AP/EN/2-26042011-AP-EN.PDF

³ O destaque do INE encontra-se em disponível em http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=117841399&att_display=n&att_download=y

empresas do sector dos transportes foram integradas no perímetro das administrações públicas, os défices de 2007 e 2008 encontravam-se ligeiramente abaixo dos 3% do PIB. No que concerne ao rácio da dívida pública no PIB, no início da União Monetária este indicador situava-se abaixo do limite de 60% do PIB em cerca de 10 pontos percentuais (p.p.). No entanto, o crescimento continuado da dívida pública deu origem à ultrapassagem do limite em 2005, tendo-se situado, inclusivamente, acima da média da área do euro desde 2007. Em 2010 o rácio da dívida pública portuguesa situou-se em 93,0% do PIB, superior em 7,9 p.p. à média da área do euro.⁴

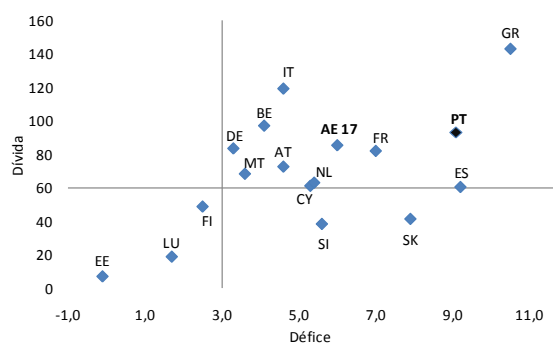
Gráfico 1 – Trajectória do défice e da dívida pública em Portugal e na área do euro (em % do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Nota: A linha horizontal e vertical representa o limite para o défice e para a dívida, respectivamente. A mais recente notificação do PDE causou uma quebra de série em 2007.

Gráfico 2 – Déficit e dívida pública nos países da área do euro em 2010 (em % do PIB)



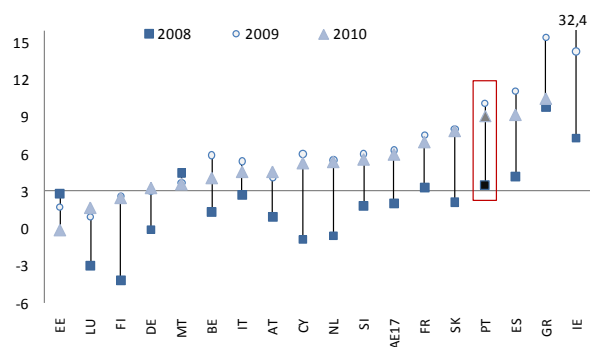
Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Nota: A linha horizontal e vertical representa o limite para o défice e para a dívida, respectivamente.

5 Em 2010, os valores apurados na última notificação ao Eurostat apontam para um défice e uma dívida pública de 9,1% e 93,0% do PIB, respectivamente (Gráfico 2 e 3). Em termos comparativos, o défice público em 2010 foi o quarto maior da área do euro, abaixo da Irlanda, Grécia e Espanha.

⁴ De notar que a já referida integração das empresas de transportes nas administrações públicas desde 2007 também contribuiu para o resultado observado, visto que no seu conjunto a dívida dessas empresas representou 5,3% do PIB em 2007, crescendo até atingir 6,8% do PIB em 2010. Para o ano 2010 deverá ainda ser considerado um conjunto de operações reclassificadas, as quais resultaram da visita diálogo do Eurostat (ver detalhes no Parecer Técnico n.º 4/2011).

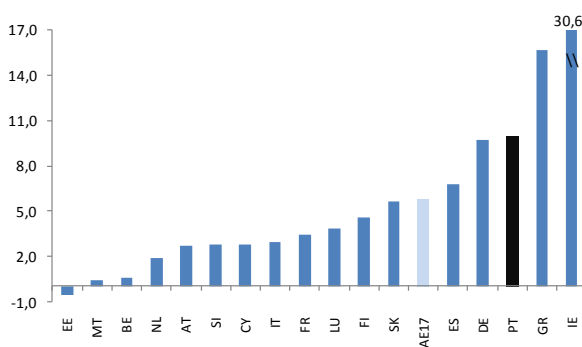
Gráfico 3 – Défice público em Portugal e nos países da área do euro (em % do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Nota: A linha horizontal representa o limite para o défice.

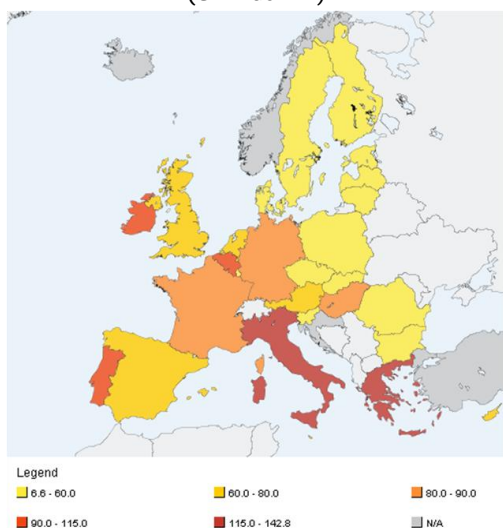
Gráfico 4 – Variação da dívida pública face a 2009 (em p.p. do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

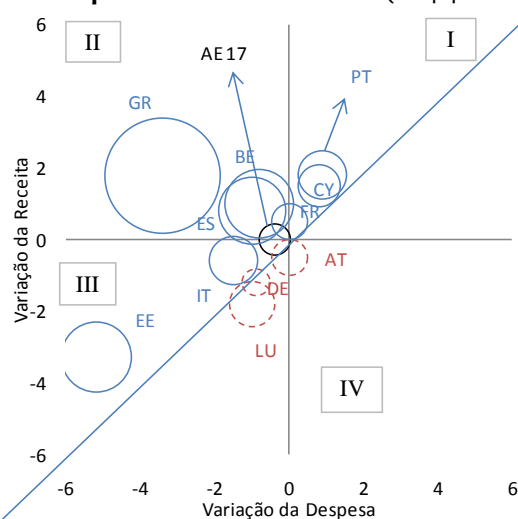
6 O rácio da dívida pública situou-se apenas abaixo do observado na Grécia, Itália, Bélgica e Irlanda (Gráfico 2 e Ilustração 1). A variação da dívida pública de 2009 para 2010 foi de 10 p.p. do PIB em Portugal (Gráfico 4), excedida apenas pela da Grécia e da Irlanda, esta última devido essencialmente ao auxílio prestado ao sector financeiro. A variação verificada na Alemanha em 2010, de magnitude aproximada (em p.p. do PIB) à observada em Portugal, foi motivada pela integração no perímetro da administração pública dos activos e passivos de dois veículos de reestruturação financeira, no entanto, nesse caso, sem impacto significativo no défice público daquele país em 2010.

Ilustração 1 – Dívida Pública na União Europeia (em % do PIB)



Fonte: Eurostat software (EuroGeographics).

Gráfico 5 – Variação do saldo orçamental em 2010 nos países da área do euro⁵ (em p.p. do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

⁵ Acima da linha diagonal constam os países (a azul) onde se verificou uma consolidação orçamental (i.e. melhoria do saldo orçamental) e abaixo dessa linha constam os países (a vermelho e a tracejado) onde se verificou uma degradação do saldo orçamental. O diâmetro dos círculos representa variação do défice orçamental.

7 Em 2010, verificou-se uma consolidação orçamental na maioria dos países da área do euro, tendo-se reduzido o défice público da União Monetária em 0,3 p.p. do PIB (para 6,0%). No gráfico 5 está ilustrada, não apenas a evolução dos saldos orçamentais (através da cor e diâmetro dos círculos), mas também os contributos da variação da receita (no eixo vertical) e da despesa (no eixo horizontal). Os países que se encontram acima da linha diagonal, verificaram melhorias no saldo orçamental, ainda que assumindo diferentes configurações, enquanto os países que se encontram abaixo da linha diagonal (Luxemburgo, Áustria, Alemanha e Irlanda), apresentaram uma deterioração do mesmo em 2010.⁶

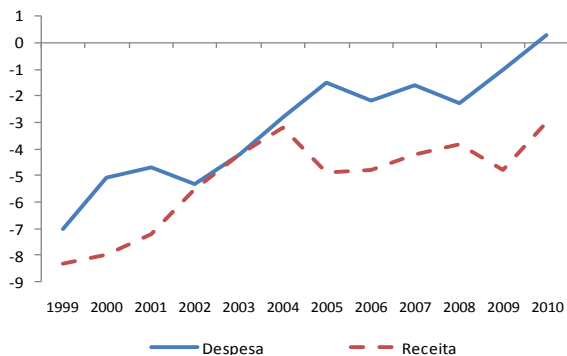
8 Consta-se que o perfil de consolidação orçamental operado pelos vários países diferiu na sua composição entre os contributos da despesa e da receita. Nos países do quadrante I, acima da linha diagonal (Portugal e Chipre), embora se registre um aumento da despesa, esta é compensada por uma maior variação da receita. Já nos países do quadrante II, ambas as variáveis contribuem para a consolidação orçamental, i.e. combinam uma redução da despesa com um aumento da receita. Finalmente, nos países do quadrante III (acima da linha diagonal), a redução do défice é concretizada exclusivamente por via da redução da despesa, suplantando a diminuição verificada na receita. São exemplos desta situação as consolidações orçamentais verificadas na Estónia e em Itália.

9 Deve no entanto ter-se em consideração que estes valores não se encontram ajustados dos efeitos das medidas temporárias ou pontuais, que, quando significativas, afectam a composição e a dimensão da consolidação, como se demonstrou no caso português (ver Parecer Técnico da UTAO n.º4/2011). Em termos médios, a consolidação verificada na área do euro deveu-se totalmente à redução da despesa, já que o contributo da receita em percentagem do PIB foi nulo. No caso de Portugal, não considerando igualmente qualquer ajustamento, verificou-se uma redução de 1 p.p. do défice, a qual foi atingida essencialmente por via do aumento do peso da receita no PIB, uma vez que o crescimento da despesa em 0,9 p.p. foi mais do que compensado pelo aumento de 1,9 p.p. da receita (dos quais cerca de 1,6 p.p. se devem à operação temporária de transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom).

10 Em Portugal, o peso das receitas e as despesas públicas situou-se em 2010 em 41,5 e 50,7% do PIB, respectivamente. Quando analisada a evolução da diferença destes rácios entre Portugal e a média da área do euro, verifica-se, para ambos, entre 1999 e 2010, um contínuo estreitamento dessas diferenças (Gráfico 6), embora mais acentuado no caso da despesa. De facto, em 2010, verificou-se pela primeira vez um maior peso da despesa pública portuguesa em percentagem do PIB do que o verificado para a média dos países da área do euro. No caso da receita, este diferencial mantém-se relativamente estável (entre os -3 e -5% do PIB) desde 2004.

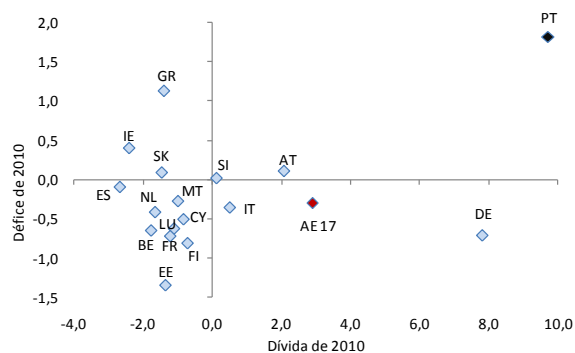
⁶ A Irlanda registou o maior aumento do défice na área do euro, com uma variação de 18,1 p.p. de PIB. Devido à sua magnitude, as variações das despesas e receitas não constam no gráfico 5, mas encontram-se identificadas em anexo.

Gráfico 6 – Diferenças face à média da área do euro (em p.p. do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Gráfico 7 – Desvios face à notificação de Setembro de 2010 (em p.p. do PIB)



Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011 e PDE Set/2010)

11 A segunda notificação do procedimento dos défices excessivos, remetida ao Eurostat em Setembro de cada ano, apresenta uma previsão para o défice e para a dívida pública para o ano em curso, a qual reflecte, habitualmente, as metas orçamentais definidas pelas autoridades de cada país. Em alguns casos, essas metas coincidem com os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC), noutros casos poderão reflectir as alterações a esses objectivos decorrentes de reavaliações ocorridas desde essa data. No caso português, os objectivos que estavam subjacentes à notificação do procedimento dos défices excessivos de Setembro de 2010 eram de 7,3% e 83,3% do PIB para o défice e para a dívida pública, respectivamente, os quais já reflectiam as opções de política orçamental incluídas, em Julho de 2010, no Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO/2010).

12 No que se refere ao ano 2010, os desvios são particularmente significativos para o défice (em 1,8 p.p.) e para a dívida pública (em 9,7 p.p.) face à previsão que constava na notificação de há seis meses atrás, nomeadamente quando comparados com os desvios ocorridos noutros países (Gráfico 7). Com efeito, para além de Portugal, o défice de 2010 ficou acima do previsto em apenas quatro países: Grécia (1,1 p.p.), Irlanda (0,4 p.p.), Áustria (0,1 p.p.) e Eslováquia (0,1 p.p.). De salientar que o erro de previsão do défice público português terá sido consideravelmente influenciado pelas conclusões da visita diálogo do Eurostat ocorrida em Janeiro de 2011. Na sequência dessa reunião, terão sido discutidas as opções de carácter metodológico sobre o registo em contabilidade nacional de um conjunto de operações, tendo o desfecho sido particularmente penalizador para as contas públicas portuguesas.⁷ Consequentemente, a dívida pública observada no final do ano 2010 apresentou um desvio face ao previsto em Setembro de 2010, tendo-se situado em 93% em vez de 83,3% do PIB.

⁷ Ver nota 4 desta adenda para mais informação sobre as referidas operações. De salientar que no Parecer Técnico n.º4/2011 foi efectuada uma análise comparativa do resultado do PDE/Mar 2011 com o ROPO/2010 (Cap. II.1.3), ajustando-se as operações pontuais com o objectivo de aferir a razoabilidade dos objectivos apresentados em 2010 face ao concretizado. Em geral, concluiu-se que o défice e a dívida pública ficaram acima do previsto no ROPO/2010.

Actualização da análise das contas das administrações públicas

13 A análise conjunta das questões técnicas entre o INE e o Eurostat determinou uma revisão à primeira notificação, ocorrida em data posterior à entrega do Parecer Técnico n.º 4/2011 da UTAO, tendo o défice e a dívida pública sido alterados para o período entre 2008 e 2010. Consequentemente, apresenta-se de seguida uma breve actualização das conclusões constantes no referido Parecer Técnico.

14 De acordo com a revisão à notificação do procedimento dos défices excessivos remetida pelo INE ao Eurostat a 23 de Abril de 2011, o défice global (provisório) das administrações públicas ascendeu em 2010 a 15 782,6 milhões de euros, o equivalente a 9,1% do PIB e a dívida bruta a 160 470,1 milhões de euros (93,0% do PIB). Assim, os objectivos orçamentais para 2010 não foram atingidos, mesmo com o recurso a medidas temporárias.

15 Para efeitos de comparabilidade, a conta das administrações públicas de 2010 foi ajustada dos efeitos das operações não repetíveis: i) a transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom; ii) a aquisição de equipamento militar de sub-superfície; iii) as medidas de apoio ao sector financeiro (execução da garantia do BPP e integração no perímetro de consolidação das sociedades BPN); iv) e as receitas das concessões de recursos hídricos e fotovoltaicos.

16 O défice orçamental ajustado destas operações ascendeu em 2010 a 9,0% do PIB (Tabela 1). Este valor representa uma redução de 1,1 p.p. do PIB face ao registado em 2009 (Gráfico 9). O maior contributo para a redução do défice ajustado proveio da despesa, que reduziu o seu peso no PIB em 0,9 p.p.. Já o contributo da receita foi de aproximadamente 0,2 p.p. do PIB, beneficiando de um crescimento da receita de capital (ajustada da transferência dos fundos de pensões), relacionada com um aumento das transferências provenientes dos fundos comunitários, bem como do aumento da carga fiscal.⁸

17 A redução do rácio da despesa (ajustada) ficou a dever-se aos seguintes efeitos: a redução nas despesas com pessoal (0,4 p.p.), por via de uma diminuição dos ordenados e salários e dos encargos com saúde pagos ao SNS (reflectidos em contribuições sociais); a redução de 0,3 p.p. do PIB do consumo intermédio ajustado da aquisição do referido equipamento militar; e a redução em 0,1 p.p. da despesa de capital (ajustada das receitas de concessões e do apoio ao sistema financeiro).

18 Da comparação do esforço de redução do défice em 2010 com o agravamento (de 6,8 p.p. do PIB) ocorrido entre 2007 e 2009 constata-se que se registou um ritmo de correcção do défice orçamental muito reduzido (apenas 1,1 p.p. do PIB, cerca de 1/6 do agravamento verificado no triénio). Com efeito, a manutenção deste ritmo de correcção levaria a que fossem necessários aproximadamente 6 anos para se obter um défice próximo do limite máximo permitido de 3% do PIB.

⁸ Não ajustado da aquisição do referido equipamento militar, dado que esta aquisição não pode ser considerada temporária, apenas não repetível, o défice em 2010 seria de 9,5%. Apresentando assim uma melhoria de 0,6 p.p. face a 2009, diminuindo o contributo da redução da despesa para 0,4 p.p. do PIB.

Tabela 1 – Principais agregados da conta (ajustada) das administrações públicas

	Em percentagem do PIB				Variação em p.p. do PIB			
	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2007/2010
Receita total (ajustada)	41,1	41,1	39,7	39,9	0,0	-1,4	0,2	-1,2
Receita corrente- da qual:	40,4	40,4	38,8	38,9	0,0	-1,6	0,1	-1,5
Carga fiscal	32,5	32,6	30,7	31,3	0,1	-1,8	0,6	-1,2
Receita de capital	0,8	0,7	0,9	1,0	-0,1	0,2	0,1	0,2
Despesa total (ajustada)	44,4	45,4	49,8	48,9	1,0	4,4	-0,9	4,5
Despesa corrente primária- da qual:	38,1	38,6	42,9	41,9	0,6	4,2	-0,9	3,9
Consumo intermédio	4,4	4,4	4,9	4,6	0,1	0,5	-0,3	0,2
Despesas com pessoal	12,1	12,0	12,6	12,2	-0,1	0,6	-0,4	0,1
Prestações sociais das quais: que não em espécie	18,5	19,3	21,9	21,9	0,8	2,6	-0,1	3,4
Juros	2,9	3,0	2,9	3,0	0,1	-0,1	0,1	0,1
Despesa de capital	3,4	3,8	4,1	4,0	0,4	0,3	-0,1	0,6
Cap. (+)/Nec. Financo. (-) líq. (ajustada)	-3,3	-4,3	-10,1	-9,0	-1,1	-5,8	1,1	-5,7

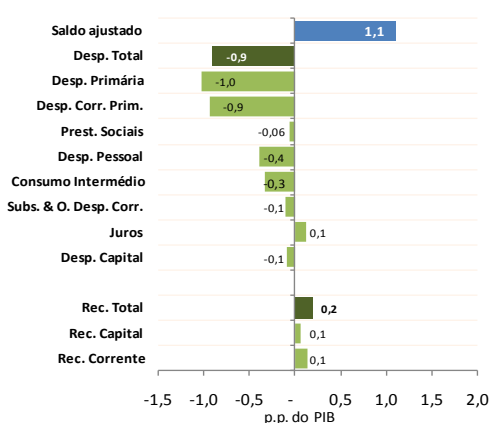
Fonte: INE e Cálculos da UTAO.

Nota: Os valores são provisórios para os anos de 2009 e 2010. A tabela encontra-se detalhada em anexo.

19 De acordo com os cálculos da UTAO, em 2010, o défice estrutural ter-se-á situado entre 8,9% e 9,6% do PIB, consoante se utilize uma estimativa do hiato do produto (já desactualizada) da Comissão Europeia ou uma estimativa desse indicador assente num método puramente estatístico (ver Caixa 3 do Parecer Técnico n.º4/2011). Com efeito, estima-se que, em 2010, o saldo estrutural não deverá ter verificado qualquer melhoria assinalável (variando apenas entre zero e 0,1 p.p. do PIB), não corrigindo de sobremaneira a deterioração estrutural de 4,5 p.p. estimada para 2009 (ver tabela 8 em anexo).

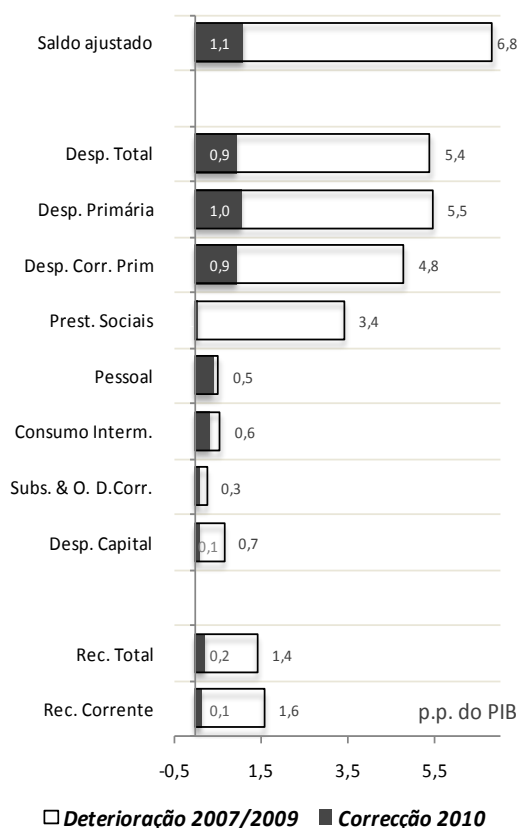
20 Por fim, conclui-se que, mesmo considerando as medidas temporárias previstas no OE/2011 e descontando o efeito da aquisição dos submarinos, a concretização do objectivo de um défice orçamental de 5,9% do PIB em 2011 irá requerer um esforço de redução do saldo estrutural entre 3,3 e 3,5 p.p. do PIB, consideravelmente superior ao efectuado em 2010, pelo que a concretização do objectivo para o défice de 2011 revela-se extremamente exigente.

Gráfico 8 – Variação (ajustada) dos principais agregados das administrações públicas em 2010



Fonte: INE e Cálculos da UTAO.

Gráfico 9 – Variação (ajustada) dos principais agregados das administrações públicas em 2010¹⁰



Fonte: INE e Cálculos da UTAO.

¹⁰ A área preenchida a cinzento em cada barra ilustra (para cada rubrica considerada) a dimensão da correcção efectuada em 2010 relativamente à deterioração verificada entre 2007/2009, que corresponde ao tamanho da barra. Assim, quanto mais preenchida estiver a barra, maior foi o grau de correcção verificado em 2010.

Tabela 2 – Saldo das Administrações Públicas (em % do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Dif. p/ AE(17) 2010 (p.p.)	Var. 2009/10 (p.p.)
Área Euro (17)	-1,4	0,0	-1,9	-2,6	-3,1	-2,9	-2,5	-1,4	-0,7	-2,0	-6,3	-6,0	-	0,3
Bélgica	-0,6	0,0	0,4	-0,1	-0,1	-0,3	-2,8	0,2	-0,3	-1,3	-5,9	-4,1	1,9	1,8
Alemanha	-1,5	1,3	-2,8	-3,7	-4,0	-3,8	-3,3	-1,6	0,3	0,1	-3,0	-3,3	2,7	-0,3
Estónia	-3,5	-0,2	-0,1	0,3	1,7	1,6	1,6	2,4	2,5	-2,8	-1,7	0,1	6,1	1,8
Irlanda	2,7	4,8	0,9	-0,3	0,4	1,4	1,6	2,9	0,1	-7,3	-14,3	-32,4	-26,4	-18,1
Grécia	:	-3,7	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-5,7	-6,4	-9,8	-15,4	-10,5	-4,5	4,9
Espanha	-1,4	-1,0	-0,6	-0,5	-0,2	-0,3	1,0	2,0	1,9	-4,2	-11,1	-9,2	-3,2	1,9
França	-1,8	-1,5	-1,5	-3,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	-7,0	-1,0	0,5
Itália	-1,7	-0,8	-3,1	-2,9	-3,5	-3,5	-4,3	-3,4	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6	1,4	0,8
Chipre	-4,3	-2,3	-2,2	-4,4	-6,5	-4,1	-2,4	-1,2	3,4	0,9	-6,0	-5,3	0,7	0,7
Luxemburgo	3,4	6,0	6,1	2,1	0,5	-1,1	0,0	1,4	3,7	3,0	-0,9	-1,7	4,3	-0,8
Malta	-7,7	-6,2	-6,4	-5,5	-9,9	-4,7	-3,0	-2,7	-2,4	-4,5	-3,7	-3,6	2,4	0,1
Holanda	0,4	2,0	-0,2	-2,1	-3,1	-1,7	-0,3	0,5	0,2	0,6	-5,5	-5,4	0,6	0,1
Áustria	-2,3	-1,7	0,0	-0,7	-1,4	-4,4	-1,7	-1,5	-0,9	-0,9	-4,1	-4,6	1,4	-0,5
Portugal	-2,7	-2,9	-4,3	-2,9	-3,0	-3,4	-5,9	-4,1	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-3,1	1,0
Eslovénia	-3,0	-3,7	-4,0	-2,5	-2,7	-2,2	-1,4	-1,3	-0,1	-1,8	-6,0	-5,6	0,4	0,4
Eslováquia	-7,4	-12,3	-6,5	-8,2	-2,8	-2,4	-2,8	-3,2	-1,8	-2,1	-8,0	-7,9	-1,9	0,1
Finlândia	1,6	6,8	5,0	4,0	2,4	2,3	2,7	4,0	5,2	4,2	-2,6	-2,5	3,5	0,1
AE (17) - PT	-1,3	-2,9	-2,4	-0,3	0,1	-0,5	-3,4	-2,7	-2,4	-1,5	-3,8	-3,1	-	0,7

Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Tabela 3 – Dívida das Administrações Públicas (em % do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Dif. p/ AE(17) 2010 (p.p.)	Var. 2009/10
Área Euro (17)	71,6	69,1	68,2	68,0	69,1	69,5	70,1	68,5	66,2	69,9	79,3	85,1	-	5,8
Bélgica	113,7	107,9	106,6	103,5	98,5	94,2	92,1	88,1	84,2	89,6	96,2	96,8	11,7	0,6
Alemanha	60,9	59,7	58,8	60,4	63,9	65,8	68,0	67,6	64,9	66,3	73,5	83,2	-1,9	9,7
Estónia	6,0	5,1	4,8	5,7	5,6	5,0	4,6	4,4	3,7	4,6	7,2	6,6	-78,5	-0,6
Irlanda	48,5	37,8	35,6	32,2	31,0	29,7	27,4	24,8	25,0	44,4	65,6	96,2	11,1	30,6
Grécia	94,0	103,4	103,7	101,7	97,4	98,6	100,0	106,1	105,4	110,7	127,1	142,8	57,7	15,7
Espanha	62,3	59,3	55,5	52,5	48,7	46,2	43,0	39,6	36,1	39,8	53,3	60,1	-25,0	6,8
França	58,9	57,3	56,9	58,8	62,9	64,9	66,4	63,7	63,9	67,7	78,3	81,7	-3,4	3,4
Itália	113,7	109,2	108,8	105,7	104,4	103,9	105,9	106,6	103,6	106,3	116,1	119,0	33,9	2,9
Chipre	51,8	48,7	52,1	64,6	68,9	70,2	69,1	64,6	58,3	48,3	58,0	60,8	-24,3	2,8
Luxemburgo	6,4	6,2	6,3	6,3	6,1	6,3	6,1	6,7	6,7	13,6	14,6	18,4	-66,7	3,8
Malta	57,1	55,9	62,1	60,1	69,3	72,2	69,9	63,4	62,0	61,5	67,6	68,0	-17,1	0,4
Holanda	61,1	53,8	50,7	50,5	52,0	52,4	51,8	47,4	45,3	58,2	60,8	62,7	-22,4	1,9
Áustria	67,2	66,5	67,1	66,5	65,5	64,8	63,9	62,1	60,7	63,8	69,6	72,3	-12,8	2,7
Portugal	49,6	48,5	51,2	53,8	55,9	57,6	62,8	63,9	68,3	71,6	83,0	93,0	7,9	10,0
Eslovénia	:	:	26,8	28,0	27,5	27,2	27,0	26,7	23,1	21,9	35,2	38,0	-47,1	2,8
Eslováquia	47,9	50,3	48,9	43,4	42,4	41,5	34,2	30,5	29,6	27,8	35,4	41,0	-44,1	5,6
Finlândia	45,7	43,8	42,5	41,5	44,5	44,4	41,7	39,7	35,2	34,1	43,8	48,4	-36,7	4,6
AE (17) - PT	-22,0	-20,6	-17,0	-14,2	-13,2	-11,9	-7,3	-4,6	2,1	1,7	3,7	7,9	-	4,2

Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Tabela 4 – Receitas das Administrações Públicas (em % do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Dif. p/ AE(17) 2010 (p.p.)	Var. 2009/10 (p.p.)
Área Euro (17)	46,6	46,2	45,4	44,9	44,9	44,5	44,8	45,3	45,3	44,9	44,5	44,5	-	0,0
Bélgica	49,5	49,1	49,5	49,7	50,9	49,0	49,4	48,8	48,1	48,8	48,1	48,9	4,4	0,8
Alemanha	46,6	46,4	44,7	44,4	44,5	43,3	43,5	43,7	43,8	43,9	44,5	43,3	-1,2	-1,2
Estónia	36,7	35,9	34,7	36,0	36,5	35,6	35,2	36,0	36,9	37,0	43,4	40,1	-4,4	-3,3
Irlanda	36,7	36,0	34,1	33,1	33,6	35,0	35,6	37,4	36,8	35,5	33,9	34,6	-9,9	0,7
Grécia	41,3	43,0	40,9	40,3	39,0	38,1	38,6	39,2	40,0	39,9	37,3	39,1	-5,4	1,8
Espanha	38,4	38,1	38,0	38,4	38,2	38,5	39,4	40,4	41,1	37,1	34,7	35,7	-8,8	1,0
França	50,8	50,2	50,0	49,5	49,2	49,6	50,4	50,4	49,6	49,5	48,7	49,2	4,7	0,5
Itália	46,4	45,3	44,9	44,4	44,8	44,2	43,8	45,4	46,4	46,1	46,5	45,9	1,4	-0,6
Chipre	32,1	34,3	35,4	35,3	37,6	37,9	40,5	41,4	44,6	42,6	39,8	41,3	-3,2	1,5
Luxemburgo	42,6	43,6	44,2	43,6	42,2	41,5	41,5	39,9	39,8	39,8	41,3	39,5	-5,0	-1,8
Malta	35,3	34,8	36,6	37,7	37,9	40,9	41,7	41,5	40,3	39,0	39,5	38,7	-5,8	-0,8
Holanda	46,4	46,1	45,1	44,1	43,9	44,3	44,5	46,1	45,4	46,6	45,9	45,9	1,4	0,0
Áustria	51,4	50,3	51,5	50,1	50,0	49,6	48,5	47,8	48,0	48,3	48,8	48,3	3,8	-0,5
Portugal	38,3	38,2	38,2	39,4	40,7	41,3	39,9	40,5	41,1	41,1	39,7	41,5	-3,0	1,8
Eslovénia	43,4	43,0	43,6	43,9	43,7	43,6	43,8	43,2	42,4	42,3	43,1	43,4	-1,1	0,3
Eslováquia	40,7	39,9	38,0	36,8	37,4	35,3	35,2	33,4	32,5	32,9	33,6	33,1	-11,4	-0,5
Finlândia	53,2	55,1	52,8	52,8	52,4	52,1	52,7	52,9	52,4	53,5	53,4	52,3	7,8	-1,1
AE (17) - PT	-8,3	-8,0	-7,2	-5,5	-4,2	-3,2	-4,9	-4,8	-4,2	-3,8	-4,8	-3,0	-	1,8

Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Tabela 5 – Despesas das Administrações Públicas (em % do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Dif. p/ AE(17) 2010 (p.p.)	Var. 2009/10 (p.p.)
Área Euro (17)	48,0	46,2	47,2	47,6	48,0	47,5	47,3	46,7	46,0	47,0	50,8	50,4	-	-0,4
Bélgica	50,2	49,1	49,2	49,8	51,1	49,4	52,2	48,7	48,4	50,1	54,1	53,1	2,7	-1,0
Alemanha	48,1	45,1	47,6	48,1	48,5	47,1	46,8	45,3	43,6	43,8	47,5	46,6	-3,8	-0,9
Estónia	40,1	36,1	34,8	35,8	34,8	34,0	33,6	33,6	34,4	39,9	45,2	40,0	-10,4	-5,2
Irlanda	34,1	31,3	33,1	33,4	33,2	33,6	34,0	34,5	36,7	42,8	48,2	67,0	16,6	18,8
Grécia	44,4	46,7	45,3	45,1	44,7	45,5	44,0	45,2	46,6	49,7	52,9	49,5	-0,9	-3,4
Espanha	39,9	39,1	38,6	38,9	38,4	38,9	38,4	38,4	39,2	41,3	45,8	45,0	-5,4	-0,8
França	52,6	51,6	51,6	52,6	53,3	53,2	53,4	52,7	52,4	52,9	56,2	56,2	5,8	0,0
Itália	48,2	46,2	48,0	47,4	48,3	47,7	48,2	48,7	47,9	48,8	51,8	50,3	-0,1	-1,5
Chipre	36,5	36,6	37,7	39,7	44,1	42,0	42,9	42,6	41,2	41,7	45,8	46,6	-3,8	0,8
Luxemburgo	39,2	37,6	38,1	41,5	41,8	42,6	41,5	38,6	36,2	36,9	42,2	41,2	-9,2	-1,0
Malta	43,1	41,0	43,1	43,2	47,9	45,6	44,6	44,3	42,6	43,5	43,2	42,3	-8,1	-0,9
Holanda	46,0	44,2	45,4	46,2	47,1	46,1	44,8	45,5	45,3	46,0	51,4	51,2	0,8	-0,2
Áustria	53,8	52,2	51,7	51,0	51,7	54,2	50,3	49,5	49,0	49,3	53,0	53,0	2,6	0,0
Portugal	41,0	41,1	42,5	42,3	43,8	44,7	45,8	44,5	44,4	44,7	49,8	50,7	0,3	0,9
Eslovénia	46,5	46,7	47,6	46,3	46,4	45,9	45,3	44,6	42,5	44,1	49,0	49,0	-1,4	0,0
Eslováquia	48,1	52,1	44,5	45,1	40,1	37,7	38,0	36,6	34,3	35,0	41,5	41,0	-9,4	-0,5
Finlândia	51,7	48,3	47,8	48,9	50,1	50,0	50,2	49,0	47,2	49,3	56,3	55,1	4,7	-1,2
AE (17) - PT	-7,0	-5,1	-4,7	-5,3	-4,2	-2,8	-1,5	-2,2	-1,6	-2,3	-1,0	0,3	-	1,3

Fonte: Eurostat (PDE Mar/2011).

Tabela 6 – Saldo Orçamental: comparação entre a primeira (Março) e a segunda (Setembro) notificação do Procedimento de Défices Excessivos (em % do PIB)

País	PDE Mar/2011			PDE Out/2010			PDE Mar/2011 - PDE Out/2010	
	2009	2010	Var (2010-2009)	2009	2010	Var (2010-2009)	2009	2010
Alemanha	-3,0	-3,3	-0,3	-3,0	-4,0	-1,0	0,0	0,7
Área Euro (17)	-6,3	-6,0	0,3	-6,2	-6,3	-0,1	-0,1	0,3
Áustria	-4,1	-4,6	-0,5	-3,5	-4,5	-1,0	-0,6	-0,1
Bélgica	-5,9	-4,1	1,8	-6,0	-4,8	1,2	0,1	0,7
Chipre	-6,0	-5,3	0,7	-6,0	-5,9	0,0	0,0	0,6
Eslováquia	-8,0	-7,9	0,1	-7,9	-7,8	0,1	-0,1	-0,1
Eslovénia	-6,0	-5,6	0,4	-5,8	-5,6	0,2	-0,2	0,0
Espanha	-11,1	-9,2	1,9	-11,1	-9,3	1,8	0,0	0,1
Estónia	-1,7	0,1	1,8	-1,7	-1,3	0,5	0,0	1,4
Finlândia	-2,6	-2,5	0,1	-2,5	-3,3	-0,8	-0,1	0,8
França	-7,5	-7,0	0,5	-7,5	-7,7	-0,2	0,0	0,7
Grécia	-15,4	-10,5	4,9	-15,4	-9,4	6,0	0,0	-1,1
Holanda	-5,5	-5,4	0,1	-5,4	-5,8	-0,4	-0,1	0,4
Irlanda	-14,3	-32,4	-18,1	-14,4	-32,0	-17,6	0,1	-0,4
Itália	-5,4	-4,6	0,8	-5,3	-5,0	0,4	-0,1	0,4
Luxemburgo	-0,9	-1,7	-0,8	-0,7	-2,2	-1,5	-0,2	0,5
Malta	-3,7	-3,6	0,1	-3,8	-3,9	-0,1	0,1	0,3
Portugal	-10,1	-9,1	1,0	-9,3	-7,3	2,1	-0,8	-1,8

Fonte: Eurostat.

Tabela 7 – Dívida Pública: comparação entre a primeira (Março) e a segunda (Setembro) notificação do Procedimento de Défices Excessivos (em % do PIB)

País	PDE Mar/2011			PDE Out/2010			PDE Mar/2011 - PDE Out/2010	
	2009	2010	Var (2010-2009)	2009	2010	Var (2010-2009)	2009	2010
Alemanha	73,5	83,2	9,7	73,4	75,4	1,9	0,1	7,8
Área Euro (17)	79,3	85,1	5,8	77,5	82,2	4,7	1,8	2,9
Áustria	69,6	72,3	2,7	67,5	70,2	2,8	2,1	2,1
Bélgica	96,2	96,8	0,6	96,2	98,6	2,4	0,0	-1,8
Chipre	58,0	60,8	2,8	58,0	61,9	3,9	0,0	-1,1
Eslováquia	35,4	41,0	5,6	35,4	42,5	7,1	0,0	-1,5
Eslovénia	35,2	38,0	2,8	35,4	37,9	2,5	-0,2	0,1
Espanha	53,3	60,1	6,8	53,2	62,8	9,6	0,1	-2,7
Estónia	7,2	6,6	-0,6	7,2	8,0	0,8	0,0	-1,4
Finlândia	43,8	48,4	4,6	43,8	49,1	5,3	0,0	-0,7
França	78,3	81,7	3,4	78,1	82,9	4,8	0,2	-1,2
Grécia	127,1	142,8	15,7	126,8	144,2	17,4	0,3	-1,4
Holanda	60,8	62,7	1,9	60,8	64,4	3,6	0,0	-1,7
Irlanda	65,6	96,2	30,6	65,5	98,6	33,1	0,1	-2,4
Itália	116,1	119,0	2,9	116,0	118,5	2,5	0,1	0,5
Luxemburgo	14,6	18,4	3,8	14,5	19,2	4,7	0,1	-0,8
Malta	67,6	68,0	0,4	68,6	69,0	0,4	-1,0	-1,0
Portugal	83,0	93,0	10,0	76,1	83,3	7,2	6,9	9,7

Fonte: Eurostat.

Tabela 8 – Estimativas para o saldo estrutural (em % do PIB)

A. Utilizando a componente cíclica estimada pela CE em Nov. 2010					
	2007	2008	2009	2010	2011 P
<i>Em % do PIB</i>					
1. Saldo global	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-5,9
2. Componente cíclica (CE- Nov10)	0,4	0,0	-1,1	-0,6	-1,1
3. Medidas temporárias/one-offs	0,1	0,8	0,0	0,4	0,3
4. Saldo ajustado ciclo [(1)-(2)]	-3,5	-3,6	-9,0	-8,5	-4,8
5. Saldo estrutural [(4)- (3)]	-3,6	-4,4	-9,0	-8,9	-5,1
6. Saldo primário	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	-1,0
7. Saldo primário ajustado do ciclo	-0,6	-0,6	-6,1	-5,5	0,1
8. Saldo primário estrutural	-0,7	-1,4	-6,1	-5,9	-0,2
<i>Variação anual de rácios do PIB</i>					
1a. Variação do saldo global	:	-0,4	-6,6	1,0	3,2
4a. Variação do saldo ajustado do ciclo	:	-0,1	-5,4	0,5	3,7
5a. Variação do saldo estrutural	:	-0,8	-4,6	0,1	3,8
8a. Variação do saldo primário estrutural	:	-0,7	-4,8	0,2	5,7
B. Utilizando a componente cíclica que resulta da aplicação filtro HP ($\lambda=100$) e método CE					
	2007	2008	2009	2010	2011 P
<i>Em % do PIB</i>					
1. Saldo global	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-5,9
2. Componente cíclica HP ($\lambda=100$)	0,9	0,8	-0,5	0,1	-0,7
3. Medidas temporárias/one-offs	0,1	0,8	0,0	0,4	0,3
4. Saldo ajustado ciclo [(1)-(2)]	-4,1	-4,3	-9,6	-9,2	-5,2
5. Saldo estrutural [(4)- (3)]	-4,2	-5,1	-9,6	-9,6	-5,5
6. Saldo primário	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	-1,0
7. Saldo primário ajustado do ciclo	-1,1	-1,3	-6,7	-6,2	-0,3
8. Saldo primário estrutural	-1,3	-2,1	-6,7	-6,6	-0,6
<i>Variação anual de rácios do PIB</i>					
1a. Variação do saldo global	:	-0,4	-6,6	1,0	3,2
4a. Variação do saldo ajustado do ciclo	:	-0,2	-5,3	0,4	4,0
5a. Variação do saldo estrutural	:	-0,9	-4,5	0,0	4,1
8a. Variação do saldo primário estrutural	:	-0,8	-4,6	0,1	6,0

Fonte: Comissão Europeia e cálculos da UTAO.

Tabela 9 – Evolução da conta das administrações públicas – valores não ajustados

	Milhões de euros				Variação nominal				Em percentagem do PIB				Variação p.p. do PIB		
	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010		2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010
					%	%	%	Contrib. Variação							
1. Impostos indirectos (prod. & import.)	24 527,3	24 213,5	21 318,6	23 064,4	-1,3	-12,0	8,2	2,6	14,5	14,1	12,6	13,4	-0,4	-1,4	0,7
2. Impostos directos (correntes s/ Rendimento e Patr.)	16 084,4	16 644,2	15 230,9	15 304,1	3,5	-8,5	0,5	0,1	9,5	9,7	9,0	8,9	0,2	-0,6	-0,2
3. Contribuições para Fundos da Segurança Social	19 648,1	20 502,8	21 090,5	21 003,7	4,4	2,9	-0,4	-0,1	11,6	11,9	12,5	12,2	0,3	0,6	-0,3
das quais: Contribuições Sociais Efectivas (3a)	14 423,4	15 137,6	15 243,3	15 555,4	5,0	0,7	2,0	0,5	8,5	8,8	9,0	9,0	0,3	0,2	-0,0
4. Outras Receitas Correntes (inclui vendas)	8 096,2	8 086,1	7 750,2	7 778,3	-0,1	-4,2	0,4	0,0	4,8	4,7	4,6	4,5	-0,1	-0,1	-0,1
5. Total das Receitas Correntes (1+2+3+4)	68 356,0	69 446,7	65 390,1	67 150,4	1,6	-5,8	2,7	2,6	40,4	40,4	38,8	38,9	0,0	-1,6	0,1
6. Receitas de Capital	1 317,7	1 250,4	1 576,8	4 513,9	-5,1	26,1	186,3	4,4	0,8	0,7	0,9	2,6	-0,1	0,2	1,7
7. Total RECEITA	69 673,6	70 697,0	66 967,0	71 664,4	1,5	-5,3	7,0	7,0	41,1	41,1	39,7	41,5	-0,0	-1,4	1,8
8. Consumo Intermédio	7 380,2	7 637,1	8 322,4	8 858,2	3,5	9,0	6,4	0,6	4,4	4,4	4,9	5,1	0,1	0,5	0,2
9. Despesas com pessoal	20 473,2	20 676,9	21 295,1	21 105,0	1,0	3,0	-0,9	-0,2	12,1	12,0	12,6	12,2	-0,1	0,6	-0,4
10. Prestações Sociais	31 311,1	33 184,4	36 950,2	37 707,1	6,0	11,3	2,0	0,9	18,5	19,3	21,9	21,9	0,8	2,6	-0,1
– Das quais: em espécie	6 672,8	7 192,9	8 286,0	8 406,1	7,8	15,2	1,4	0,1	3,9	4,2	4,9	4,9	0,2	0,7	-0,0
– Das quais: não em espécie	24 638,3	25 991,5	28 664,2	29 300,9	5,5	10,3	2,2	0,8	14,6	15,1	17,0	17,0	0,6	1,9	-0,0
11. Juros (PDE)	4 977,8	5 188,4	4 871,7	5 195,0	4,2	-6,1	6,6	0,4	2,9	3,0	2,9	3,0	0,1	-0,1	0,1
12. Subsídios	1 349,2	1 167,7	1 341,9	1 293,2	-13,5	14,9	-3,6	-0,1	0,8	0,7	0,8	0,7	-0,1	0,1	-0,0
13. Outras Despesas Correntes	3 915,0	3 763,2	4 341,5	4 264,4	-3,9	15,4	-1,8	-0,1	2,3	2,2	2,6	2,5	-0,1	0,4	-0,1
14. Total Despesa Corrente	69 406,4	71 617,7	77 122,9	78 422,9	3,2	7,7	1,7	1,5	41,0	41,6	45,7	45,5	0,7	4,1	-0,3
15. Formação Bruta Capital Fixo	4 578,5	4 919,6	4 961,4	5 652,8	7,4	0,9	13,9	0,8	2,7	2,9	2,9	3,3	0,2	0,1	0,3
16. Outra Despesa Capital	1 021,6	240,7	1 921,3	3 371,3	-76,4	698,1	75,5	1,7	0,6	0,1	1,1	2,0	-0,5	1,0	0,8
17. Total Despesa Capital (15+16)	5 600,1	5 160,3	6 882,8	9 024,1	-7,9	33,4	31,1	2,5	3,3	3,0	4,1	5,2	-0,3	1,1	1,1
18. Total DESPESA (14+17)	75 006,5	76 778,0	84 005,7	87 446,9	2,4	9,4	4,1	4,1	44,3	44,6	49,8	50,7	0,3	5,2	0,9
19. Capacid. (+)/Nec. (-) Financ. Líquido (7-18)	-5 332,8	-6 081,0	-17 038,7	-15 782,6	14,0	180,2	-7,4	-	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-0,4	-6,6	1,0
<i>Outros agregados:</i>															
21. Saldo primário (19+11)	-355,1	-892,5	-12 167,0	-10 587,6	151,4	1 263,2	-13	-	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	-0,3	-6,7	1,1
21a. Poupança Bruta (5-14)	-1 050,4	-2 171,0	-11 732,8	-11 272,5	106,7	440,4	-3,9	-	-0,6	-1,3	-7,0	-6,5	-0,6	-5,7	0,4
22. Despesa corrente primária (14-11)	64 428,6	66 429,3	72 251,2	73 227,9	3,1	8,8	1,4	1,2	38,1	38,6	42,9	42,4	0,6	4,2	-0,4
23. Despesa primária (18-11)	70 028,7	71 589,6	79 134,0	82 251,9	2,2	10,5	3,9	3,7	41,4	41,6	46,9	47,7	0,3	5,3	0,7
24. Consumo final das Administrações Públicas	33 579,0	34 532,0	36 771,8	36 974,9	2,8	6,5	0,6	0,2	19,8	20,1	21,8	21,4	0,2	1,7	-0,4
25. Receita fiscal (1+2)	40 611,7	40 857,8	36 549,4	38 368,5	0,6	-10,5	5,0	2,7	24,0	23,8	21,7	22,2	-0,2	-2,1	0,6
26. Carga fiscal (24+3a+ imp. capital)	55 044,7	56 003,6	51 804,5	54 008,7	1,7	-7,5	4,3	3,3	32,5	32,6	30,7	31,3	0,1	-1,8	0,6
<i>Por memória:</i>															
PIB nominal	169 319,2	171 983,1	168 610,4	172 546,3			2,3	-							

Fonte: INE, Eurostat e cálculos da UTAO.

Tabela 10 – Evolução da conta das administrações públicas ajustada (pela UTAO) dos efeitos das operações não repetíveis

	Milhões de euros				Variação nominal				Em percentagem do PIB				Variação em p.p. do PIB			
	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010		2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2007/ 2010
					%	%	%	Contrib. Var.(p.p.)								
1. Impostos indirectos (prod. & import.)	24 527	24 214	21 319	23 064	-1,3	-12,0	8,2	2,6	14,5	14,1	12,6	13,4	-0,4	-1,4	0,7	-1,1
2. Impostos directos (correntes s/ Rendimento e Patr.)	16 084	16 644	15 231	15 304	3,5	-8,5	0,5	0,1	9,5	9,7	9,0	8,9	0,2	-0,6	-0,2	-0,6
3. Contribuições para Fundos da Segurança Social <i>das quais: Contribuições Sociais Efectivas (3a)</i>	19 648	20 503	21 090	21 004	4,4	2,9	-0,4	-0,1	11,6	11,9	12,5	12,2	0,3	0,6	-0,3	0,6
	14 423	15 138	15 243	15 555	5,0	0,7	2,0	0,5	8,5	8,8	9,0	9,0	0,3	0,2	0,0	0,5
4. Outras Receitas Correntes (inclui vendas)	8 096	8 086	7 750	7 778	-0,1	-4,2	0,4	0,0	4,8	4,7	4,6	4,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,3
5. Total das Receitas Correntes (1+2+3+4)	68 356	69 447	65 390	67 150	1,6	-5,8	2,7	2,6	40,4	40,4	38,8	38,9	0,0	-1,6	0,1	-1,5
6. Receitas de Capital	1 318	1 250	1 577	1 710	-5,1	26,1	8,5	0,2	0,8	0,7	0,9	1,0	-0,1	0,2	0,1	0,2
7. Total RECEITA	69 674	70 697	66 967	68 861	1,5	-5,3	2,8	2,8	41,1	41,1	39,7	39,9	0,0	-1,4	0,2	-1,2
8. Consumo Intermédio	7 380	7 637	8 322	7 942	3,5	9,0	-4,6	-0,5	4,4	4,4	4,9	4,6	0,1	0,5	-0,3	0,2
9. Despesas com pessoal	20 473	20 677	21 295	21 105	1,0	3,0	-0,9	-0,2	12,1	12,0	12,6	12,2	-0,1	0,6	-0,4	0,1
10. Prestações Sociais	31 311	33 184	36 950	37 707	6,0	11,3	2,0	0,9	18,5	19,3	21,9	21,9	0,8	2,6	-0,1	3,4
– Das quais: em espécie	6 673	7 193	8 286	8 406	7,8	15,2	1,4	0,1	3,9	4,2	4,9	4,9	0,2	0,7	0,0	0,9
– Das quais: não em espécie	24 638	25 992	28 664	29 301	5,5	10,3	2,2	0,8	14,6	15,1	17,0	17,0	0,6	1,9	0,0	2,4
11. Juros (PDE)	4 978	5 188	4 872	5 195	4,2	-6,1	6,6	0,4	2,9	3,0	2,9	3,0	0,1	-0,1	0,1	0,1
12. Subsídios	1 349	1 168	1 342	1 293	-13,5	14,9	-3,6	-0,1	0,8	0,7	0,8	0,7	-0,1	0,1	0,0	0,0
13. Outras Despesas Correntes	3 915	3 763	4 342	4 264	-3,9	15,4	-1,8	-0,1	2,3	2,2	2,6	2,5	-0,1	0,4	-0,1	0,2
14. Total Despesa Corrente	69 406	71 618	77 123	77 507	3,2	7,7	0,5	0,5	41,0	41,6	45,7	44,9	0,7	4,1	-0,8	3,9
15. Formação Bruta Capital Fixo	4 578	4 920	4 961	5 653	7,4	0,9	13,9	0,8	2,7	2,9	2,9	3,3	0,2	0,1	0,3	0,6
16. Outra Despesa Capital	1 217	1 628	1 921	1 246	33,8	18,0	-35,2	-0,8	0,7	0,9	1,1	0,7	0,2	0,2	-0,4	0,0
17. Total Despesa Capital (15+16)	5 795	6 547	6 883	6 899	13,0	5,1	0,2	0,0	3,4	3,8	4,1	4,0	0,4	0,3	-0,1	0,6
18. Total DESPESA (14+17)	75 201	78 165	84 006	84 405	3,9	7,5	0,5	0,5	44,4	45,4	49,8	48,9	1,0	4,4	-0,9	4,5
19. Capacid. (+)/Nec. (-) Financ. Líquido Ajustado (7-18)	-5 528	-7 468	-17 039	-15 545	35,1	128,2	-8,8	-	-3,3	-4,3	-10,1	-9,0	-1,1	-5,8	1,1	-5,7
<i>Outros agregados:</i>																
20. Saldo primário ajustado (19+11)	-550	-2 280	-12 167	-10 350	314,4	433,7	-15	-	-0,3	-1,3	-7,2	-6,0	-1,0	-5,9	1,2	-5,7
21. Poupança Bruta (5-14)	-1 050	-2 171	-11 733	-10 356	106,7	440,4	-11,7	-	-0,6	-1,3	-7,0	-6,0	-0,6	-5,7	1,0	-5,4
22. Despesa corrente primária (14-11)	64 429	66 429	72 251	72 312	3,1	8,8	0,1	0,1	38,1	38,6	42,85	41,91	0,6	4,2	-0,9	3,9
23. Despesa primária (18-11)	70 224	72 977	79 134	79 210	3,9	8,4	0,1	0,1	41,5	42,4	46,9	45,9	1,0	4,5	-1,0	4,4
24. Consumo final das Administrações Públicas	33 579	34 532	36 772	36 975	2,8	6,5	0,6	0,2	19,8	20,1	21,8	21,4	0,2	1,7	-0,4	1,6
25. Receita fiscal (1+2)	40 612	40 858	36 549	38 368	0,6	-10,5	5,0	2,7	24,0	23,8	21,7	22,2	-0,2	-2,1	0,6	-1,7
26. Carga fiscal (24+3a+ imp. capital)	55 045	56 004	51 805	54 009	1,7	-7,5	4,3	3,3	32,5	32,6	30,7	31,3	0,1	-1,8	0,6	-1,2
<i>Por memória:</i>																
Total ajustamentos efectuados	-195	-1 387	-	238	611,3	-100,0			-0,1	-0,8	-	0,1	-0,7	0,8	0,1	0,3
Capacid. (+)/Nec. (-) Financ. Líquido PDE (não ajust.)	-5 333	-6 081	-17 039	-15 783					-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-0,4	-6,6	1,0	-6,0
PIB nominal	169 319	171 983	168 610	172 546	1,6	-2,0	2,3									

Fonte: INE, Eurostat e cálculos da UTAO. | Nota: Para efeitos de comparabilidade, o valor de 2010 foi ajustado dos efeitos das operações não repetíveis: i) a transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom; ii) a aquisição de equipamento militar de sub-superfície; iii) as medidas de apoio ao sector financeiro (execução da garantia do BPP e integração no perímetro de consolidação das sociedades BPN); iv) e as receitas das concessões de recursos hídricos e fotovoltaicos.